

INOVAÇÕES JURISPRUDENCIAIS DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA EM MATÉRIA PREVIDENCIÁRIA

LAURITA HILÁRIO VAZ

Ministra do Superior Tribunal de Justiça

INTRODUÇÃO

Antes de tudo, por **uma questão** de honestidade intelectual, gostaria de dizer a todos os presentes que, muito embora, na condição de Ministra do Superior Tribunal de Justiça, eu tenha incessantemente buscado contribuir com a evolução da jurisprudência daquela Corte em matéria previdenciária, buscando dar a maior efetividade às garantias constitucionalmente estabelecidas em benefício dos menos **favorecidos**. **De fato**, não sou uma especialista nessa seara. Quem conhece minha trajetória profissional, que tem origem no Ministério Público, sabe que tenho uma longa jornada no campo do Direito Penal e Processual Penal, disciplina esta, inclusive, que ensino na faculdade há algum tempo.

Não obstante, depois que assumi o encargo de julgadora, como aluna dedicada que sempre fui, tenho procurado acrescentar um pouquinho mais à bagagem jurídica, diversificando os terrenos em que piso, indo ao encontro de outros temas demandados pelos jurisdicionados. Tenho que confessar, também, que me causa espécie o fato de que, ultimamente, recebo mais convites para falar de temas de direito previdenciário do que de penal, o que não deixa de ser um instigante desafio.

Com essa breve e necessária advertência, aceitando, mais uma vez, a provocação de falar sobre tema previdenciário, passo, sem mais delongas, à exposição que me propus a fazer.

1. O SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

O Superior Tribunal de Justiça, como devem recordar os operadores do direito, foi criado num momento de dificuldade, conhecido como o da "crise do Recurso Extraordinário", decorrente da sobrecarga de trabalho do Supremo Tribunal Federal. Apesar de conhecer a causa que motivara a demora na prestação jurisdicional no Supremo, a nova Corte Superior alargou o conhecimento de recursos especiais, isto é, impunha menos óbices ao conhecimento do recurso especial.

De uns tempos para cá, a situação começou a mudar. Atualmente, os senhores ministros, em geral, têm sido mais rigorosos no Juízo de admissibilidade dos recursos que ali tramitam, em razão do crescente e estrondoso aumento de processos que chegam diariamente àquela Corte de Justiça. Daí, advém a necessidade premente do preparo, do aperfeiçoamento dos operadores de direito que postulam, que advogam no Superior Tribunal de Justiça. Inúmeros recursos especiais deixam de subir ao STJ porque os agravos de instrumento interpostos contra a não-admissibilidade na Corte *a quo* não foram corretamente formalizados, adequadamente instruídos. Quantos recursos especiais não são conhecidos, também em matéria previdenciária, pelo não-preenchimento dos pressupostos específicos e que devem ser observados na interposição dessa espécie de recurso? Sempre aproveito oportunidades como esta para, de modo até insistente, cobrar dos advogados, particulares ou públicos, maior cuidado quando da interposição de recursos de índole extraordinária: vale lembrar que há enormes diferenças entre estes e os recursos ordinários. Enquanto nas instâncias ordinárias prevalece o brocardo romano que diz, em livre tradução, "dá-me os fatos que te darei o direito", quando se trata de recurso para as instâncias extraordinárias - que não podem ser vistas

como se fossem uma "terceira instância" - o que vale é "traga-me tudo, senão não te darei nada".

Apesar da estreiteza das vias extraordinárias, relativamente à matéria previdenciária, tem-se admitido, no Superior Tribunal de Justiça, uma atenuação no preenchimento de alguns de seus pressupostos, mormente quando se referem à valoração de prova.

Faço essa ponderação, visando a aprimorar a prestação jurisdicional, exortando-os à reflexão sobre a qualidade dos recursos que estão sendo formalizados, os quais, muitas vezes, por deficiências, são algozes das próprias partes recorrentes.

Ainda dentro dessa perspectiva, aproveitando a oportunidade, peço licença aos presentes, para me dirigir, agora, diretamente aos magistrados de primeiro grau que aqui estão, a fim de chamar-lhes a atenção para um aspecto bastante relevante de sua atividade profissional, na área previdenciária, qual seja, a instrução processual.

Como é sabido, há para o Superior Tribunal de Justiça um natural obstáculo que o impede de se imiscuir nas matérias de fato, muito embora se tenha admitido com freqüência uma mitigação do óbice previsto na Súmula nº 07, mormente quando se trata de tema previdenciário. Entretanto, não raro, nem mesmo se consegue essa mitigação por não haver apropriada instrução da causa, que acaba por restringir tanto a atividade jurisdicional do respectivo tribunal quanto, mais ainda, do Superior Tribunal de Justiça.

Posso citar, por exemplo, um caso em que os autores, pretendendo obter o benefício de aposentadoria rural por idade, acostaram aos autos diversos documentos, como certidão de casamento, constando a sua qualificação de agricultor, carteira de filiação a sindicato de trabalhadores rurais e notificação para lançamento de ITR; todos, por sinal, aceitos pelo STJ como início de prova material. O juízo monocrático,

ao entendimento de que tais documentos não constituem início de prova material, julgou antecipadamente a lide, sem determinar a oitiva das testemunhas arroladas pelas partes na inicial. Por sorte, o Tribunal de origem anulou a sentença determinando a produção de prova testemunhal. E, como se sabe, a prova testemunhal na comprovação do período de carência para a concessão do benefício de aposentadoria rural por idade é de fundamental importância, tendo em vista que tal prova amplia a eficácia probatória da prova material, permitindo a sua vinculação ao período de carência (REsp 550.147/CE, DJ de 28/06/2005).

Assim, mostra-se extremamente necessário que os juízes de primeiro grau, próximos dos fatos e das pessoas neles envolvidas, procurem angariar o máximo de elementos probatórios disponíveis, já que estes não costumam se apresentar em abundância, de modo a facilitar, de um lado, o julgamento da apelação e, de outro lado, o do recurso especial. Não custa lembrar que a apropriada instrução probatória pode significar, em muitos casos, dar ou não efetividade aos princípios que regem e dão substância ao direito previdenciário, voltados justamente para os direitos sociais dos segurados.

2. EVOLUÇÃO DA JURISPRUDÊNCIA DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

No campo da Previdência Social, donde se inserem a seguridade e a assistência social, o Poder Público – por intermédio do Estado – é o responsável por políticas que garantam renda aos cidadãos em períodos de inatividade. É ele que, na exata necessidade de igualar os desiguais, obriga-se a promover a justiça social. E, nessa perspectiva, cumpre ao Poder Judiciário a difícil tarefa de fazer valer esses direitos e garantias constitucionais quando o Estado-Administrador não o faz.

Com a atenção voltada para as preocupações já mencionadas – premente necessidade de formalização correta dos recursos pelos advogados e apropriada instrução probatória pelo juiz condutor do processo – passo a relacionar algumas importantes modificações promovidas ao longo da história do STJ, no que diz respeito ao direito previdenciário.

1) Comprovação do Labor Rurícola. Necessidade de Início de Prova Material. Art. 106, Parágrafo Único da Lei 8.213/91. Rol Exemplificativo.

Relaciono, em primeiro lugar, a jurisprudência já consolidada no STJ, no sentido de que a comprovação da atividade laborativa rural deve-se dar com o início de prova material, ainda que constituída por outros documentos além dos relacionados no art. 106, parágrafo único, da Lei nº 8.213/91. Para tanto, considera-se que o rol dos documentos relacionados no mencionado dispositivo é meramente exemplificativo e não taxativo.

Na linha dessa jurisprudência, vários outros documentos, contemporâneos à atividade laborativa, são aceitos como início de prova material, desde que nesses documentos seja possível averiguar a qualificação de agricultor do requerente do benefício. **(AR 2340/CE, Rel. Min. Paulo Gallotti, DJ de 12/12/2005; AgRg no REsp 642.049/CE, por mim relatado, DJ de 28/2/2005, AgRg no Ag 693.097/SP, Rel. Min Helio Quaglia Barbosa, DJ de 13/3/2006).**

2) Aposentadoria Rural por Idade. Início de Prova Material. Desnecessidade de Estar Dentro do Período de Carência. Prova Testemunhal. Vinculação a Referido Período.

Vale ressaltar, também, que é prescindível que o início de prova material abranja todo o período de carência, desde que a prova testemunhal amplie a sua eficácia probatória, permitindo a sua vinculação ao tempo de carência **(AgRg no Resp 885.883/SP, Rel. Min. Carvalhido, DJ de 25/5/07 e REsp 961.908/RS, de minha relatoria, DJ de 24/8/2007).**

Dessa forma, é imprescindível que os autos sejam instruídos com o documento que demonstre o início de prova material, salvo a ocorrência de motivo de força maior ou caso fortuito (art. 55, § 3º, da Lei 8.213/91), e com o rol de testemunhas que, ao serem inquiridas, amplie a eficácia probatória do tempo de carência.

Nesse ponto, as reclamações dos julgadores e das pessoas comprometidas com o estudo do direito das ciências sociais, e que não são raras, lamentavelmente, são no sentido de que os juízes de primeiro grau, mormente os investidos de jurisdição federal delegada, não procuram extrair das testemunhas os elementos probatórios disponíveis, aptos a complementarem a prova material apresentada.

3) Documentos em Nome de Terceiros: Genitor e Cônjuge. Aceitação.

3.1) A jurisprudência do STJ também tem admitido, como início de prova material, documentos em nome dos genitores dos requerentes, nas atividades desenvolvidas em regime de economia familiar. É bastante que conste nos documentos, **a condição de lavrador do pai de família** que conta com a colaboração efetiva da esposa e filhos no trabalho rural **(REsp n.º 501.009/SC, Relator Min. Arnaldo**

Esteves Lima, DJ de 11/12/2006; e AgRg no REsp n.º 880.902/SP, de minha relatoria, DJ de 12/3/2007).

3.2) Como corolário desse entendimento, também é considerado como início de prova material, em favor da mulher, documentos em nome do marido, que atestem a sua condição de lavrador (**REsp n.º 461.763/CE, Relator Min. Paulo Gallotti, DJ de 30/10/2006**).

4) Aposentadoria por Tempo de Serviço, Computando-se o Tempo de Serviço Urbano e o Tempo de Serviço Rural.

Outra controvérsia de bastante relevância deslindada na Corte Superior foi a respeito de contagem recíproca, com a sua devida definição, resolvendo acerca da necessidade ou não do pagamento das contribuições previdenciárias. Foi firmado o entendimento no sentido de que, salvo para efeito de carência, o tempo de serviço rural exercido anteriormente à vigência da Lei nº 8.213/91, **é computado para fins de aposentadoria por tempo de serviço, no mesmo Regime Geral de Previdência Social, sem o pagamento das contribuições correspondentes ao período respectivo.**

4.1) Nessa linha de entendimento, o trabalhador urbano que pretende juntar o tempo de serviço urbano ao tempo de serviço rural, este exercido anteriormente à vigência da Lei nº 8.213/91, para fins de concessão de aposentadoria por tempo de serviço, tendo preenchido o período necessário de carência, levando-se em conta o tempo de atividade urbana, tem o direito de somar o período de serviço rural, independentemente de indenização das contribuições previdenciárias do tempo da atividade rural (**AR 1335/CE, Relator Min. Hamilton Carvalhido, DJ de 26/2/2007**).

4.2) É importante esclarecer que só se chegou a esse raciocínio com a conclusão de que a **aposentadoria por tempo de serviço, com a soma do período de serviço rural com o do serviço urbano**, no mesmo regime de previdência (RGPS), não diz respeito à contagem recíproca (**REsp nº 573.977/RS, DJ de 28/6/2004**).

5) Multas e Juros Moratórios a Título de Contribuições Pagas em Atraso: Só São Devidos após 11/10/1996.

Outra grande mudança foi a relativa à incidência de multa e juros moratórios sobre o *quantum* devido a título de contribuições previdenciárias pagas em atraso. Antes, entendia o STJ, ao interpretar o parágrafo 4º **do art. 45** da Lei n 8.212/91 -, que era legítima a incidência dos juros moratórios e da multa, sob o argumento de ter o segurado incorrido em mora ao não recolher na época devida as contribuições previdenciárias relativas à indenização em hipótese de contagem recíproca, **uma vez que para efeito de aposentadoria por tempo de serviço no regime estatutário.**

A Terceira Seção do STJ modificou esse posicionamento, levando-se em conta que o dispositivo legal que legitimava o recolhimento – art. 45, § 4º, da Lei nº 8.212/91, só foi acrescentado com a edição da Medida Provisória **nº 1.523/96**, convertida na Lei n 9.528/97. Assim, como não havia previsão legal de incidência de juros e multa em período anterior à edição da citada medida provisória, incabível a retroatividade da lei previdenciária para prejudicar o segurado, mesmo caracterizada a hipótese de contagem recíproca. Citar os precedentes.

Por outro lado, deixou certo que, após a edição da medida provisória, ou seja, depois de 11/10/1996, devem incidir juros de 0,5% (meio por cento) e multa de 10% (dez por cento), na apuração do valor

de contribuição previdenciária paga em atraso. **(Ag nº 901.649/SP, Rel. Min. Napoleão Nunes Maia Filho, DJ de 8/8/2007; Ag nº 901.600/PR, de minha relatoria, DJ de 3/8/2007; REsp nº 479.072/RS, Rel. Min. Arnaldo Esteves Lima, DJ de 9/10/2006 e REsp 647.922/PR, Rel. Min. José Arnaldo da Fonseca, DJ de 10/4/2006).**

6) Aposentadoria Por Idade. Trabalhador Urbano. Perda da Qualidade de Segurado. Simultaneidade no Preenchimento dos Requisitos: Etário e Carência.

A respeito do tema firmou o STJ o entendimento segundo o qual, ainda que perdida a qualidade de segurado, não se faz necessária a simultaneidade no preenchimento dos requisitos etário e carência para obtenção do benefício de aposentadoria por idade. Mesmo com a perda da qualidade de segurado, o benefício poderá ser concedido **se, atingida a idade, o beneficiário conte, no mínimo, com o tempo de contribuição correspondente ao exigido na data do requerimento** (Art. 3º, § 1º, da Lei n.º 10.666/2003. **(EREsp nº 649.496/SC, Rel. Min. Hamilton Carvalhido, DJ de 10/4/2006, REsp nº 957.070/SP, de minha relatoria, DJ de 9/8/2007, REsp nº 957.115/SP, Rel. Min. Felix Fischer, DJ de 10/8/2007).**

7) Pensão por Morte. Perda da Qualidade de Segurado. Preenchimento dos Requisitos Legais para Obtenção de Aposentadoria, Antes do Falecimento.

Na linha do mesmo raciocínio, a Terceira Seção tem concedido o benefício da pensão por morte aos dependentes do *de cujus*, que perdeu

a qualidade de segurado, mas, antes do óbito, preencheu os requisitos necessários à obtenção de aposentadoria (**EREsp nº 524.006/MG, por mim relatado, DJ de 30/3/2005**).

A respeito dessa espécie de benefício – pensão por morte após a perda da qualidade de segurado -, recentemente examinei um recurso interposto pelo INSS contra acórdão que entendeu por acolher a pretensão dos dependentes do de *cujus*, apesar de reconhecer que não estava comprovado o atendimento dos requisitos para concessão de aposentadoria antes da data do falecimento do ex-segurado. O fundamento do acórdão da Corte *a quo* para conceder o benefício foi a de que

a perda da qualidade de segurado do autor foi involuntária, não se dando em decorrência de abandono de emprego, por negligência deste, por fraude ou ainda por qualquer outro motivo que o mesmo tivesse dado causa, mas, ao contrário, se deu pela sua morte, atendendo que, se vivo estivesse, poderia posteriormente, mediante nova relação empregatícia, vir a adquirir a qualidade de segurado.

Apesar de não ter visualizado, *data vênia*, fundamentação adequada no acórdão recorrido – não obstante já tenha percebido ser de extrema injustiça o desamparo pela legislação dos dependentes do ex-segurado, que já foi filiado à previdência e, nessa condição, recolheu contribuições previdenciárias, muitas vezes por vários anos -, a conclusão foi pelo desprovimento do recurso da autarquia, pela falta de impugnação ao fundamento basilar do acórdão recorrido.

8) Estudante Universitário. Pensão por Morte. Prorrogação até os 24 Anos de Idade. Impossibilidade.

As duas Turmas integrantes da Terceira Seção do STJ firmaram entendimento no sentido da impossibilidade de prorrogação do

benefício de pensão por morte **até os 24 (vinte e quatro) anos de idade, a filho (a) maior, não inválido (a)**, na hipótese de estar cursando ensino superior.

Travou-se a discussão em torno da questão de se saber por qual razão a condição de estudante universitário daria direito à continuidade da pensão até os 24 (vinte e quatro) anos de idade. Afinal, na conjuntura atual do nosso país, tais estudantes teriam mais capacidade profissional para o trabalho do que tantos outros que sequer tiveram acesso ao ensino superior? É preciso ter em mente que o direito à educação não é superior em relação aos direitos à saúde, aos alimentos e à própria vida.

Ressaltando, ainda, que o benefício de pensão por morte é destinado a suprir, ou pelo menos, atenuar, a falta daqueles que proviam as **necessidades econômicas** dos dependentes, sendo estes estabelecidos quem os seriam, expressamente, pelo legislador.

Desse modo, ao dispor a norma previdenciária que o filho, não-inválido, detém a qualidade de dependente somente até os 21 (vinte e um) anos, levou-se em consideração que a partir dessa idade possui o indivíduo a capacidade plena para o trabalho, a fim de manter seu próprio sustento **(REsp nº 757.751/PR, Relator Min. Nilson Naves, DJ de 29/05/2007 e REsp nº 951.060 /ES, de minha relatoria, DJ de 08/08/2007).**

9) Cumulação de Aposentadoria com Auxílio-Acidente.

O STJ também entende pela possibilidade de cumulação de aposentadoria com auxílio acidente, mesmo após a edição da lei proibitiva, Lei nº 9.528/97, que alterou a redação do art. 86 da Lei nº

8.213/91, retirando a condição de vitaliciedade do auxílio-acidente. A Corte Superior considera possível a concessão do benefício acidentário em caráter vitalício, desde que a moléstia tenha eclodido antes do advento da Lei nº 9.528/97, por força da aplicação do princípio *tempus regit actum* (AgRg no REsp nº 594.736/SP, Relator Min. Arnaldo Esteves Lima, DJ de 26/2/2007; EREsp nº 574.402/SP, Relator Min. Hélio Quaglia Barbosa, DJ de 15/6/2005; REsp nº 702.239/SP, de minha relatoria, DJ de 4/4/2005).

10) Pensão por Morte a Companheiro de Relação Homoafetiva.

Uma decisão de grande relevância para a sociedade atual, proferida, a rigor, em respeito ao princípio constitucional da igualdade e de tratamento igualitário das pessoas, foi a que reconheceu a possibilidade de concessão do benefício de pensão por morte a companheiro de uma relação homoafetiva. (REsp nº 395.904/RS, 6ª Turma, Relator Min. Hélio Quaglia Barbosa, DJ de 6/2/2006).

11) Período Laborado como Aspirante à Vida Religiosa. Possibilidade de Cômputo como Tempo de Serviço para Fins Previdenciários.

Em recente julgado, o STJ reconheceu como tempo de serviço, para fins previdenciários, o período trabalhado por aspirante à vida religiosa que trabalha para custear a sua formação. (REsp nº 512.549/RS, Relator Min. Arnaldo Esteves Lima, DJ de 11/12/2006).

12) Pensão por Morte. Majoração do Percentual dos Benefícios Concedidos antes da Lei Nº 9.032/95. Impossibilidade.

A questão tinha jurisprudência pacificada na Terceira Seção do STJ, no sentido de que a majoração do percentual do benefício de pensão por morte, concedido pelo art. 75 da Lei nº 8.213/91, com redação dada pela Lei nº 9.032/95, teria incidência e aplicação imediatas, gerando efeitos financeiros tão-somente para o futuro. Assim, o benefício seria majorado desde a data da publicação da lei mais vantajosa, alcançando, com esse entendimento, os benefícios concedidos sob o manto da legislação pretérita.

No entanto, em decorrência da atual orientação do Pretório Excelso (RE n.º 415.454/SC, DJ de 15/2/2007, Relatoria do Ministro Gilmar Mendes), o STJ decidiu reformular seu entendimento para decidir no sentido de que os benefícios previdenciários concedidos em momento anterior à edição da norma contida na Lei nº 9.032/95 deverão respeitar os preceitos até então instituídos, ou seja, a nova legislação somente pode ser aplicada às concessões efetuadas sob sua vigência. (REsp nº 938.274/SR de minha relatoria, julgado em 28/6/2006, ainda pendente de publicação).

13) Auxílio-Acidente. Majoração do Percentual. Benefícios Concedidos antes da Lei Nº 9.032/95. Possibilidade.

Por outro lado, o STJ decidiu manter seu posicionamento em relação à majoração do percentual dos benefícios de auxílio-acidente concedidos antes da Lei nº 9.032/95 – lei nova mais benéfica. Esta matéria, ao contrário da majoração da pensão por morte, ainda não foi objeto de apreciação pela Corte Suprema.

Dessa forma, manteve-se o entendimento no sentido de que o aumento do percentual do auxílio-acidente, estabelecido pela Lei nº

9.032/95, que alterou o § 1º, art. 86, da Lei nº 8.213/91, tem aplicação imediata a todos os benefícios que estiverem na mesma situação, sem exceção, com incidência nos casos pendentes de concessão ou já concedidos. A explicação deriva da natureza das normas acidentárias. Por conta do seu caráter protetivo, incidem, de imediato, aos benefícios pendentes, ainda que o sinistro tenha ocorrido na vigência de lei anterior. Esta orientação, entretanto, não traduz retroatividade dos efeitos, antes da edição do diploma. Assim, o percentual de 50%, previsto na Lei nº 9.032/95, só passa a valer a partir da sua vigência. (AgRg no Ag nº 813.102/SP, Rel. Min. Gilson Dipp, DJ de 5/2/2007; AgRg no Ag 796.830/SP, por mim relatado, DJ de 5/2/2007; REsp 969.541/SR Rel. Min. Napoleão Nunes Maia Filho, DJ de 28/8/2007).

14) Conversão do Tempo de Serviço Especial em Comum. Possibilidade. Inexistência de Limitação até 28/5/1998.

Em decisão recente, por melhor dizer, proferida nesta quarta-feira (sessão extraordinária), a Quinta Turma do STJ modificou o entendimento acerca do termo final para conversão do tempo de serviço especial em comum.

Proferi voto-vista nos autos do REsp n.º 956.110/SP, acompanhando o relator, ministro Napoleão Nunes Maia Filho, para negar provimento ao recurso do Instituto Previdenciário.

Melhor analisando a vasta legislação que vem regulamentando a matéria desde a edição da Lei nº 8.213/91, **concluí que** permanece a possibilidade da conversão do tempo especial em comum, independentemente da data do exercício da atividade especial.

15) Solução *Pro Misero*

15.1) *Princípio in dubio pro misero*, um dos princípios mais significativos do direito previdenciário, porque representa a idealização de sua filosofia, que é protetiva, como forma de viabilizar melhores condições de vida aos mais necessitados, e realizar, senão a isonomia, o abrandamento das diferenças sociais.

O STJ tem aplicado a solução *pro misero* para resolver questões no âmbito desta matéria de direito social.

Uma das hipóteses de referida aplicação encontra-se nos autos do EREsp 441.721/RS, por mim relatado, DJ de 20/2/2006, que se entendeu que havendo colisão entre preceitos constantes em dois diplomas normativos, deve prevalecer aquele mais favorável ao trabalhador, em face do caráter social do direito previdenciário e da observância ao princípio *in dubio pro misero*. No caso, deveria prevalecer o comando do Decreto nº 53.831/64, que fixou em 80 dB o limite mínimo de exposição ao ruído, para estabelecer o caráter nocivo da atividade exercida.

15.2) Outra hipótese comumente usada no STJ diz respeito à mitigação da norma expressa no art. 485, inciso VII, do CPC. Consideramos, para efeito do disposto no mencionado inciso, o documento colacionado aos autos, mesmo que preexistente à propositura da ação originária. Esse entendimento leva em consideração as condições desiguais que se encontram os trabalhadores rurais, aplicando-se, portanto, a solução *pro misero*. (AR 3347/CE, Rel. Min. Felix Fischer, DJ de 25/6/2007, AR 3022/SP, Rel. Min. Gilson Dipp, DJ de 21/08/2006 e EAR 64I/SP, Rel. Min. Hélio Quaglia Barbosa, DJ de 24/11/2004).

"Art. 485. A sentença de mérito, transitada em julgado, pode ser rescindida quando:

[...]

VII - depois da sentença, o autor obtiver documento novo, cuja existência ignorava, ou de que não pôde fazer uso, capaz, por si só, de lhe assegurar pronunciamento **favorável**.

15.3) Cito, ainda, a utilização tímida, mas eficaz e extremamente justa da solução *pro misero* nos casos em que, em sede de recurso especial, a verificação do acervo probatório com vistas a confirmar o alegado exercício de atividade rurícola, não constitui reexame de provas, mas, sim, uma nova valoração, podendo resultar em conclusão jurídica diversa. Afasta-se, portanto, o óbice contido no enunciado da Súmula nº 07 do STJ. (Precedentes: EREsp 441.958/CE, Rel. Min. Hélio Quaglia Barbosa, DJ de 5/5/2005; REsp 608.007/PB, Rel. Min. Arnaldo Esteves Lima, DJ de 7/5/2007 e AgRg no REsp 870.212/SP, por mim relatado, DJ de 6/8/2007).

CONCLUSÃO

Apesar de ter tido o cuidado de escolher os precedentes mais importantes do STJ em matéria previdenciária, evidentemente, não cheguei nem perto de esgotá-los. Trata-se apenas de um rol exemplificativo. Muitos outros, certamente, tiveram relevante importância no aperfeiçoamento da jurisprudência daquela Corte, talvez na mesma proporção dos que aqui foram tomados por amostragem. Só espero ter sido feliz na escolha, selecionando aqueles que mais lhes serão útil.

Eu gostaria de dizer que não é fácil ser julgadora, principalmente em matéria previdenciária, em que as normas regulamentadoras estão aquém da idealização, estão aquém dos direitos sociais dos segurados. Além disso, temos uma Justiça ainda carecedora de

reformas, que não consegue atender, em tempo oportuno, a demanda, deixando os jurisdicionados, principalmente os mais necessitados, aguardando a solução de suas lides por tempo indefinido, aviltando sua dignidade.

Não obstante, continuo sendo uma incorrigível otimista. Para mim, é muito significativo poder compartilhar com todos os operadores do direito presentes – para os quais tenho a honra de me dirigir -, esse meu sincero otimismo, sem ingenuidade, com relação ao progresso do direito previdenciário no país, porque vejo que estou muito bem acompanhada nessa mesma empreitada por dedicados juízes, advogados e servidores públicos, todos empenhados em desenvolver um trabalho sério, o que se traduz em valiosos préstimos à população mais carente.

Posso afirmar àqueles que são comprometidos com o estudo da ciência dos direitos sociais que, como julgadora, vou continuar decidindo, segundo os princípios constitucionais, que representam a consciência jurídica do direito e que são os valores eternos da civilização, dentre os quais e no ápice destes avultam os postulados fundamentais da liberdade, o primado dos direitos humanos, o dogma da responsabilidade social e os preceitos da igualdade, legalidade e da equidade.

Muito obrigada.